

As percepções dos alunos afrodescendentes acerca do sistema de cotas na inserção em universidade pública

*Galba Tereza Barbosa da Costa Bezerra*¹
*Maria do Rosário Montenegro Lima*²
Universidad SEK-Chile

Resumo

Esse estudo trata-se de um capítulo da dissertação de Mestrado intitulada “As Políticas Públicas de ação afirmativa na inserção dos alunos da comunidade quilombola em universidades públicas: um estudo de caso no Muquém, União dos Palmares – Alagoas”. A pesquisa de campo foi realizada com os estudantes egressos do Ensino Médio do povoado Muquém, sobre as suas percepções acerca do sistema de cotas no ingresso ao ensino superior público. De resultado os alunos citam: ausência de um curso preparatório para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), pouco conhecimento sobre o sistema de cotas na inserção dos alunos afrodescendentes em universidades públicas, divulgação da política afirmativa de cotas incipiente e uma educação básica de melhor qualidade.

Palavra-chave: alunos, percepções, políticas de cotas, universidade

Las percepciones de los alumnos afrodescendentes acerca del sistema de cuotas en la inserción en la universidad pública

Resumen

Este estudio se trata de un capítulo de la disertación de Maestría titulada "Las Políticas Públicas de acción afirmativa en la inserción de los alumnos de la comunidad quilombola en universidades públicas: un estudio de caso en el Muquém, Unión de los Palmares - Alagoas". La investigación de campo fue realizada con los estudiantes egresados de la Enseñanza Media del pueblo Muquém, sobre sus percepciones acerca del sistema de cuotas en el ingreso a la enseñanza superior pública. Como resultado, los alumnos mencionan: la falta de un curso preparatorio para el ENEM (examen nacional de enseñanza media), poco conocimiento sobre el sistema de cuotas de inserción de los alumnos afrodescendientes en universidades públicas, la divulgación de la política afirmativa de cuotas incipientes y una educación básica de mejor calidad.

Palabras clave: alumnos, percepciones, políticas de cuotas, Universidad

¹ Psicóloga, Pedagoga, Especialista em Docência Superior, Educação Especial e Psicopedagogia. Mestre em Gestão de Política em Educação. Doutoranda em Educação pela Universidad SEK-Chile.

² Licenciada em História. Especialização em História. Mestre em Gestão de Política em Educação. Doutoranda em Educação pela Universidad SE-Chile.



The perceptions of afrodescendant students about the quota system in insertion in public university

Abstract

This study is a chapter of the Master's dissertation entitled "Public Policies of affirmative action in the insertion of students of the quilombola community in public universities: a case study in Muquém, União dos Palmares-Alagoas." The field research was carried out with the high school students from the village of Muquém, about their perceptions about the quota system for admission to public higher education. As a result, the students cite the absence of a preparatory course for the ENEM (National High School Examination), a lack of knowledge about the quota system for the inclusion of Afro-descendant students in public universities, the dissemination of affirmative quotas policy and a better quality primary education.

Key words: students, perceptions, quota policies, University

Introdução

A pesquisa percorreu sobre as percepções dos alunos descendentes de quilombolas moradores da comunidade do Muquém a respeito das políticas de cotas na inserção em universidades públicas. Tendo como objetivo precípua saber o que pensam esses alunos sobre as políticas de cotas. Para isso utilizou-se pesquisa de enfoque qualitativo, seguindo um paradigma fenomenológico, por ser relatos subjetivos de anseios e crenças a respeito da questão abordada. Considera-se um estudo de caso, acompanhado das técnicas de entrevistas semiestruturadas com cinco perguntas e, posteriormente complementada com os materiais colhidos no grupo focal.

No desenho desse artigo, inicialmente traça-se um breve histórico sobre o significado de quilombos e quilombolas, a formação do povo afro-brasileiro, e posteriormente, mencionam-se as características da comunidade que foi cenário da pesquisa, conhecida por Muquém, localizada no Município de União dos Palmares – Alagoas, próximo a Serra da Barriga, local da história do grande ícone da resistência e luta pela liberdade, Zumbi dos Palmares, em seguida, os relatos dos alunos que participaram da pesquisa, resultados e uma sucinta conclusão.

Breve histórico

Antes de discorrer sobre a comunidade Muquém, contar-se-á inicialmente uma breve história da criação dos quilombos ou quilombolas e seus descendentes, que são os povos que residem no referido espaço e que foram estudados nesta pesquisa.

Segundo Anjos (2006), “quilombo tem origem na língua banto e significa: habitação, acampamento, floresta e guerreiro” (p. 46), A história dos quilombos remete ao início da escravidão no Brasil, no século XVI, ao tráfico de escravos oriundos do continente africano (Farias, 2007). Discorre a história que os negros não se renderam à condição de escravos, em que



eram vendidos como uma mercadoria, torturados e tratados desumanamente. Muitos resistiram e fugiram, formando os primeiros quilombos.

Salientando que, a elite escravista no Brasil Colônia, os quilombos não passavam de reduto para os escravos fugidos ilegalmente. Dentre os muitos conceitos para os quilombos, perdura aquele de constante resistência e importância histórica de sua formação como espaço de luta, organização social e interação coletiva.

O Movimento Negro considera os quilombos como “pedaços da África no Brasil”, organização que tem encabeçado várias lutas para a valorização da cultura afro-brasileira e obtido avanços governamentais e legislativos (Cunha, 2011, p. 109).

Sendo o objeto desta pesquisa a inserção dos estudantes afrodescendentes através de cotas na universidade, faz-se necessário discorrer acerca do descompasso na educação desse povo, para melhor entender o contexto em que atualmente se trata de reparação das injustiças cometidas no passado, sobre a dificuldade de inserção dos afro-brasileiros numa universidade pública, das políticas afirmativas do sistema de cotas, da desigualdade racial/social, bem como de outras discussões que vêm surgindo ao longo dos anos na sociedade brasileira.

Sabe-se que a história da educação no Brasil sempre foi marcada pelos privilégios da elite no acesso ao conhecimento. Assim, os “desfavorecidos” (*grifo nosso*) sempre estiveram à margem dessa inclusão e, entre a população marginalizada e excluída do saber, estavam os negros, os pardos e os indígenas.

Observa-se que a Constituição Brasileira Imperial de 1824 (Fávero, 2001) trazia em seu artigo 179 que “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. No entanto, o Ato Adicional de 1834 deixou esse ensino com as províncias; uma vez sendo da sua responsabilidade e não havendo recursos para concretizar o intento, a grande camada da sociedade da época viu-se alijada do direito à educação escolarizada, sobretudo os negros; apenas a elite teve acesso ao ensino primário.

Esse princípio foi retirado da Constituição de 1891; caso continuasse, nesse período, após a abolição da escravatura, os negros e as negras, recém-libertos, índios e mestiços teriam direito à escola, o que não era objetivo da elite. Houve a omissão do princípio de gratuidade para todos pela União, o que confirmou a desobrigação com a educação primária. Sendo assim, o acesso a esse ensino continuaria garantido quase que exclusivamente à elite. (Fávero, 2001, p. 303)

Tal exclusão permaneceu nas Constituições seguintes, como as de 1937, 1946 e 1967, que preconizavam: “A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos” (Fávero, 2001, p. 303). Mesmo trazendo o princípio de gratuidade, dificultaram ao máximo o acesso através de seleção por meio de provas, não garantindo o acesso e permanência de todos e, o mais preocupante na época, a educação ficou sob a responsabilidade da família.

Nesses desencontros das primeiras Constituições do país em relação à educação, a população pobre e de afrodescendentes ficou sem acesso ao saber. Portanto, historicamente, observa-se que a exclusão tem caráter social e étnico-racial.



Algumas alterações ocorreram na Constituição de 1988, em que o Estado assumiu a responsabilidade. Cita-se o artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (Senado Federal, Brasil, 1988, p. 123). Entretanto, mesmo diante das mudanças e avanços ocorridos após a referida Constituição, garantindo o direito de todos à educação, ainda não foi o suficiente, haja vista ter limitado ao ensino fundamental a obrigatoriedade e a gratuidade para todos. O ensino médio e o superior dependem ainda do esforço de cada um.

Os descompassos na educação dos povos menos favorecidos econômica e socialmente, como já exposto, não se configuram como algo escondido, mas visível. Anotam Farias, Nascimento e Botelho (2007) que “não há como falar sobre a situação educacional da população negra brasileira sem discorrer sobre os eixos da exclusão e do abandono” (p. 50).

É nesse sentido que o estudo ora apresentado tentará discutir as políticas de ação afirmativa e o sistema de cotas como políticas de grande significado para o acesso dos negros à universidade.

Apresentação do cenário da pesquisa - Comunidade Muquém

A comunidade Muquém compõe-se de remanescentes de quilombos. Reconhecida através do Decreto nº 4.887 do Governo Federal, de 2/3/2005, publicado no Diário Oficial de 8/6/2005 (Moura, 2009). Fica localizada a cinco quilômetros do município de União dos Palmares no Estado de Alagoas, cidade fundada em 13 de outubro de 1831, polo da Zona da Mata alagoana, distante 83 quilômetros da capital Maceió, e próxima ao maior quilombo, conhecido nacional e internacionalmente como Quilombo dos Palmares.

A comunidade do Muquém localiza-se à margem esquerda do rio Mundaú, limitando-se ao norte com as fazendas Mundaú e Barro Branco, ao sul com a fazenda Sementeira, a leste com a fazenda Jurema e a oeste com a fazenda Lavagem. Fica muito próxima à Serra da Barriga, que é considerada o maior símbolo de resistência dos quilombos do país, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1986, como patrimônio histórico, arqueológico, etnográfico e paisagístico, o que veio, segundo Farias (2007), imortalizar o local como símbolo de luta pela liberdade, com sua história de resistência à escravidão e sua organização social, política e cultural.

No Muquém vivem 147 famílias e 563 pessoas, assim distribuídas: 196 crianças, 305 adultos e 62 adolescentes.³ A fonte de trabalho é a lavoura da cana-de-açúcar, agricultura familiar, artesanato de fabricação de panelas e bonecos de barro com aspectos rústicos, cuja matéria-prima é tirada da própria terra onde estão alocadas essas famílias.

O trabalho com o barro já constitui uma tradição das famílias desses descendentes de quilombolas; a arte de construir panelas e bonecos de cerâmica passa de geração a geração. Sobre as artesãs Dona Marinalva e Irinéia: a primeira dedica-se à arte de panelas em barro; a última retrata a história do local por meio das obras em barro.

³ Dados obtidos na Secretaria de Saúde de União dos Palmares (AL) em janeiro de 2013.



Percepções dos alunos quilombolas egressos do ensino médio da comunidade do Muquém sobre a política afirmativa de cotas

Essas percepções foram obtidas através de pesquisas realizadas com o grupo de 11 alunos egressos do ensino médio que almejam ingressar em um curso superior numa universidade pública por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), todos residentes na comunidade quilombola do Muquém, em União dos Palmares – Alagoas. Utilizou-se uma metodologia de investigação qualitativa de pesquisa com a ferramenta de entrevista semiestruturada e grupo focal. A pesquisa qualitativa “é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida” (Flick, 2009, p. 20).

Participaram da pesquisa, os estudantes afrodescendentes quilombolas egressos do Ensino Médio da escola pública estadual, com idade entre 18 e 23 anos, o que representa no nordeste alagoano pessoas numa faixa etária apropriada para o mercado de trabalho. No entanto, por não terem uma formação acadêmica que possa trazer um retorno financeiro, esses alunos da comunidade que estudaram e finalizaram o Ensino Médio desejam entrar numa universidade pública, para posteriormente, com uma profissão definida, adentrar no mercado de trabalho com mais qualificação profissional, como também obter um retorno financeiro.

A primeira questão, pergunta-se se os alunos conheciam alguns tipos de políticas públicas direcionadas à população afrodescendente no ingresso ao ensino superior público. Segunda questão refere-se a participação dos alunos em exame seletivo para ingresso no ensino superior através de Cotas. Na terceira e última questão: pergunta-se se os alunos do Muquém são beneficiados com a política de cotas.

Os colaboradores da pesquisa serão apresentados com os símbolos C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10 e C11.

<p>Já ouviu falar em política pública afirmativa de sistema de cotas para o ingresso de alunos afrodescendentes na universidade? Qual a sua impressão sobre essa política?</p>	<p>C1 Sim. Sou contra, pela grande concorrência com todos os alunos.</p> <p>C2 Minha impressão é que falta incentivo do Governo Federal aos jovens que querem concluir a universidade, jogando as suas propostas, tais como: – Eu vou investir em você o necessário que for, só que depois você me paga em pequenas mensalidades.</p> <p>C3 Sim. Sou contra, pois essas cotas abrem concorrência para um grande universo de alunos.</p> <p>C4 Sim. Sou a favor, porque o sistema de cotas é uma forma de se ingressar nas universidades de uma maneira mais “fácil”, digamos assim. É certo que tem de obter a pontuação necessária, mas é uma preocupação a menos.</p> <p>C5 Sim. Esse sistema de cotas passa a quebrar todas as dificuldades encontradas pelo aluno afrodescendente.</p> <p>C6 Sim, já ouvi falar. A minha impressão é que essa política afirmativa, um pouco nos moldes do que venho acompanhando, em que se privilegiam pesquisas, e uma equipe multidisciplinar procura dar suporte aos diversos âmbitos acadêmico, social, econômico para manter os negros e afrodescendentes, mas não só; também os brancos e</p>
---	--



	<p>mestiços provindos de classes socioeconômicas desfavorecidas, mudando assim os paradigmas existentes em nossa sociedade. No nosso estado, graças a Deus, temos a UFAL e a UNEAL que têm o programa de ação afirmativa.</p> <p>C7 Sim. Em minha opinião, são medidas determinadas pelo Estado com o objetivo de eliminar desigualdades e garantir igualdade de oportunidade e compensar perdas provocadas pela discriminação.</p> <p>C8 Sim. A minha impressão é muito boa, porque é um sistema que ajuda os afrodescendentes a entrar de outra maneira na faculdade.</p> <p>C9 Sim. É uma forma de o Estado se redimir pelo péssimo ensino público do país, em que o aluno não consegue assimilar todo o aprendizado na sua vida escolar, às vezes pelos maus professores ou pelas greves nas escolas</p> <p>C10 Eu só tive conhecimento deste sistema de cotas através dessa pesquisa no Muquém.</p> <p>C11 Sim. Através da professora que está fazendo a pesquisa.</p>
<p>Já participou de algum exame seletivo para ingressar no ensino superior público? Quantas vezes?</p>	<p>C1 Não participei.</p> <p>C2 Sim, uma única vez.</p> <p>C3 Não.</p> <p>C4 Já participei três vezes.</p> <p>C5 Sim. ENEM, três vezes; PSS, duas vezes.</p> <p>C6 Sim. Do ENEM, duas vezes, e do PSS, uma única vez.</p> <p>C7 Já participei do ENEM e do PSS uma vez de cada.</p> <p>C8 Não tive oportunidade ainda.</p> <p>C9 Sim. Três vezes do ENEM.</p> <p>C10 Já participei duas vezes do exame seletivo da UNEAL.</p> <p>C11 Não, nunca participei.</p>
<p>Os alunos do Muquém são beneficiados com a política de sistema de cotas?</p>	<p>C1 Não. Por falta de informações.</p> <p>C2 As cotas existem, mas nenhum estudante do Muquém foi beneficiado.</p> <p>C3 Não temos informações sobre as cotas.</p> <p>C4 Não. Porque não há oportunidade para nós que pertencemos à comunidade Muquém. O que querem é ganhar prestígio em cima da comunidade. Chegam aqui, prometem e nunca dão oportunidade para aqueles jovens que se interessam.</p> <p>C5 Beneficiados diretamente, não.</p> <p>C6 Não. Se tivesse um beneficiamento, teríamos um aproveitamento maior dos jovens no ensino superior, através do sistema de cotas. Seriam necessários cursos preparatório através do governo ou dos voluntários.</p> <p>C7 Não.</p> <p>C8 Não. Precisamos saber para fazer valer os nossos direitos</p> <p>C9 Não. Precisamos saber para fazer valer os nossos direitos</p> <p>C10 Até o presente momento, ninguém do Muquém foi beneficiado por esse sistema de cotas.</p> <p>C11 Não.</p>

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras



Corroborando os estudos de Silva (2003), os estudantes que participaram da pesquisa mostraram-se extremamente ansiosos para ingressar numa universidade pública e conseguir a tão propalada ascensão social.

A igualdade de oportunidade para a educação dos afrodescendentes deveria estar presente desde o início da escolaridade. Segundo os estudantes da pesquisa, o ideal seria ter um ensino fundamental e médio de qualidade, com maior possibilidade do negro ou pardo competirem numa seleção para o ensino superior público com igualdade de oportunidades. Sobre a igualdade, Morin discorre que:

Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana...É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno. (Morin, 2001, p. 55)

O autor assegura que “a diáspora da humanidade não produziu nenhuma cisão genética: pigmeus, negros, amarelos, índios, brancos vêm da mesma espécie, possuem os mesmos caracteres fundamentais da humanidade” (Morin, 2001, p. 65). Portanto, não há explicação convincente para tantas desigualdades de oportunidades, exceto a discriminação que historicamente se perpetua no seio da sociedade brasileira.

Os entrevistados, independentemente de serem contra ou a favor do sistema de cotas, enfatizam a importância de um ensino de qualidade nas modalidades fundamental e médio, com professores mais bem preparados e mais oportunidades que compensem a baixa qualidade.

Ouviram-se dos estudantes que se posicionaram a favor das cotas as seguintes opiniões: “forma de ingressar na universidade mais fácil,...mas com a pontuação necessária”, “quebrar todas as dificuldades encontradas pelos alunos afrodescendentes”, “eliminar as desigualdades e garantir igualdade de oportunidade de compensar perdas provocadas pela discriminação”, “ajuda os afrodescendentes a entrarem de outra maneira na faculdade”. As impressões deixadas pelos alunos entrevistados confirmam os estudos de Neves e Lima:

Um dos eixos mais inovadores das políticas públicas brasileiras dos últimos anos tem sido a adoção de políticas afirmativas voltadas para a diminuição de diferenças socioeconômicas entre algumas categorias sociais. Essas políticas estão pautadas pela ideia de que, para garantir a igualdade de direitos, é necessária a ação do Estado no sentido de oferecer condições especiais àqueles que por razões de ordem social, econômica, cultural ou política, estão originalmente em situação desfavorável de competição com outros membros da sociedade. (Neves e Lima, 2007, p. 17)

A garantia de igualdade de oportunidades e compensação de perdas provocadas pela discriminação, como observado pelos estudantes, tem sido um assunto muito discutido no cenário brasileiro. Segundo Neves e Lima (2007), parecem ser um sintoma da dificuldade de



discutir as desigualdades baseadas na origem étnico-racial no país. No entanto, a discussão passa para um âmbito maior, visto as cotas não considerarem apenas a origem étnico-racial. Neves e Lima acrescentam que:

Embora muitos discordem da necessidade de implantação de uma política de cotas para afrodescendentes, certo consenso formou-se sobre a forte relação entre desigualdade socioeconômica e origem étnico-racial no Brasil. As mais diversas estatísticas a esse respeito são categóricas: de qualquer ponto de vista e de qualquer dimensão analítica, é bastante patente a assimetria entre a situação dos brancos e dos não brancos, os não brancos ocupando sistematicamente a mais baixa escala social. (Neves e Lima, 2007, p. 17)

Apesar de apresentar essas desigualdades, o Brasil foi ao longo dos anos conhecido como um país sem preconceito racial, sem desigualdade de oportunidade, alimentando a perversa retórica de que o potencial seria de cada um, ou seja, o mérito seria individual, independentemente de qualquer ponto de posição socioeconômica. Assim, ocultaram-se as desigualdades e as injustiças sociais por trás de uma “democracia racial” que ainda permanece no imaginário nacional.

As causas desse fenômeno são de ordem histórica e sociocultural. A pesada herança escravocrata, aliada às características perversas do preconceito racial no país, termina por criar uma série de dificuldade à integração social e econômica dos não brancos. (Neves e Lima, 2007, p. 18)

Nessa perspectiva, entende-se a dificuldade de se desconstruir alguns conceitos formalizados, a exemplo, o da convivência harmoniosa e do tratamento igualitário e justo para todos, de acordo com o legado deixado pelo sociólogo Gilberto Freyre, que considerava a sociedade brasileira uma verdadeira democracia racial (Freyre, 1933 *apud* Neves e Lima, 2007).

O entendimento é prático, como explica Guimarães (1996): as maiores desigualdades raciais no Brasil poderiam ser facilmente revertidas através de políticas universalistas de combate à pobreza, pois a maioria dos negros está situada na faixa de pobreza.

Em depoimentos de uma entrevistada, afirmando já ter ouvido falar em sistema de cotas, entende que as cotas não contemplam apenas os afrodescendentes, mas os brancos e mestiços provindos de classes socioeconomicamente desfavorecidas, discorrendo que esse sistema vem mudando os paradigmas da sociedade, e, por último, escreve: “no meu Estado, graças a Deus, temos a UFAL e a UNEAL que têm o programa de ação afirmativa”. Salientando que: na pesquisa realizada no Muquém não temos registros de alunos que ingressaram na universidade através do sistema de cotas racial ou social, nem na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), nem na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

O Programa de ações afirmativas da Universidade Federal de Alagoas, citado pelo entrevistado da pesquisa, nasceu em 2004 com o objetivo principal de criar programas de políticas afirmativas para afrodescendentes, com intuito de propiciar ações que viabilizassem o acesso e permanência da população negra no ensino superior. Inicia com o sistema de cotas para negros e negras (utilizando o critério de autodeclaração) e com o percentual de 20% das vagas destinadas a todos os cursos da UFAL do Processo Seletivo Seriado (PSS). Desses vinte por



cento, sessenta por cento era reservado para as mulheres, e, o restante, quarenta por cento para os homens negros.

Essas ações afirmativas acima citadas, quando foram elaboradas, teriam um período de dez anos para serem efetivadas. Porém, desde a sua implantação, já contando com oito anos, algumas mudanças foram realizadas após a Presidente Dilma Rousseff ter aumentado essas cotas para 50% e alterando, acrescentando a categoria social, ficando dessa forma racial/social.

Na segunda questão refere-se a participação dos alunos em exame seletivo para ingresso no ensino superior através de Cotas. Ingressar em um curso superior numa universidade pública não tem sido fácil para os estudantes, especialmente aqueles oriundos da rede pública de ensino. Dos estudantes participantes da pesquisa que estudaram durante três anos (2009, 2010, 2011), nenhum fez a inscrição dentro do número de vagas reservadas no sistema de cotas para afrodescendentes.

Ao serem indagados se já participaram de algum exame seletivo para o ingresso numa universidade pública, quatro dos alunos entrevistados responderam que nunca participaram da seleção de exames ao ingresso no ensino superior público por se acharem despreparados, enquanto sete deles participaram; entre os sete, apenas um participou uma única vez; os demais fizeram ENEM e PSS de duas a três vezes e não obtiveram êxito; estes ressaltaram não terem utilizado na ficha de inscrição do ENEM a escolha de cotas devido ao desconhecimento.

Em relação às dificuldades apontadas pelos estudantes no acesso ao ensino superior público, foram relacionadas a grande concorrência, desinteresse, falta de incentivo e informações de muitas escolas da rede pública em relação ao sistema de cotas, fazendo com que os alunos se sintam desestimulados para tentar um curso superior. Castro (2001) salienta que:

Apenas uma pequena parcela dos que concluem a escola pública enfrenta o vestibular, mas encontra pela frente uma competição injusta, especialmente pelo menor preparo que apresentam em relação aos alunos provenientes das escolas particulares e cursinhos pré-vestibulares. (apud Vasconcelos e Silva, 2005, p. 454)

É nessa situação que os alunos da pesquisa se sentem ao declarar que não tiveram preparo suficiente nas escolas que estudaram para concorrer com alunos provenientes de instituições particulares de ensino e dos cursinhos preparatórios para o vestibular. Portanto, percebe-se claramente a desigualdade de condições para competirem em igualdade de oportunidades, isto porque a desigualdade é preestabelecida pelo próprio processo histórico.

Alegam também que no ensino médio não receberam informações adequadas acerca do sistema de cotas e dos direitos que eles têm de realizar a seleção dentro dos percentuais atribuídos aos cotistas.

No percurso da pesquisa, os estudantes situam como problema principal por não conseguirem ingressar na universidade pública: o despreparo na escola de ensino médio; as frequências de greves dos professores que lutam por valorização profissional e melhores condições de trabalho; a falta de docentes concursados para ministrar aulas, os quais são substituídos por monitores, muitos sem a graduação completa; a desinformação no tocante às



políticas do sistema de cotas e a grande dificuldade para escrever a redação do ENEM, que é etapa da seleção eliminatória.

Aliada a todas as dificuldades acima elencadas, os alunos colocam como entrave a distância que enfrentam todos os dias da comunidade até a escola, que fica situada no município de União dos Palmares, tendo eles de fazer o percurso de 16 quilômetros todos os dias em estradas de difícil acesso. Acrescentam que, muitas vezes, após percorrerem essa distância enfrentando sol no verão ou chuva no inverno, retornam para o povoado sem assistir a nenhuma aula, por falta de professores.

Vasconcelos e Silva (2005) em num ensaio intitulado “Acesso à Universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo” (apud Bellini e Ruiz 2001, pp. 154-155) que destacam a preocupação que a escola pública deve ter com o acesso ao ensino superior, ante as crescentes exigências de formação para obtenção de um emprego, diminuindo assim a exclusão social e a vulnerabilidade que os jovens dos grupos socialmente mais desfavorecidos, como no caso da população negra, enfrentam.

Os autores acima citados defendem que a função da escola é a de formar cidadãos atuantes e críticos, através da apropriação do conhecimento. Esclarecem:

se a escola fizer isso com qualidade, pode estar ajudando os jovens a terem um bom desempenho como cidadãos. Acreditamos que o direito e a chance de acesso ao ensino superior fazem parte dessa formação e, se há algum instrumento para selecionar, seja ele qual for, tem de ser levado em conta pela escola pública. (Bellini e Ruiz, 2001, p. 154 apud Vasconcelos e Silva, 2005)

Retorna-se aqui ao sentimento da maioria dos alunos da pesquisa, que alegaram não ter recebido nenhuma informação na escola do ensino médio acerca da seleção por meio de cotas para o acesso ao tão desejado ensino superior público.

Segundo Castro (2001 *apud* Vasconcelos; Silva, 2005), “A extrema fragilidade do ensino fundamental e médio da rede pública faz com que as classes sociais passem literalmente por uma peneira, fato que resulta em uma sub-representação das classes de menor renda e dos afro-brasileiros no ensino superior” (p. 455).

O citado ensaio apresentado por Vasconcelos e Silva (2005) informa que no final do ensino médio restam, em média, 20% dos que iniciaram. As sobras são inerentes àqueles que apresentam no processo as melhores condições. Segundo os autores, esse resultado “mostra um processo que, de longe, não tem nada de aleatório, mas de intencional” (Vasconcelos e Silva, 2005, p. 455).

Voltando aos estudantes da pesquisa, eles salientam que seria importante inicialmente, no momento da inscrição, saberem como funciona o sistema de cotas. Por outro lado, discorrem que, mesmo sabendo da funcionalidade das cotas, terão de superar as dificuldades que apresentam em redação, pois de nada adiantarão as cotas se não estiverem preparados para a seleção.



Em conversas do grupo, os estudantes da pesquisa informaram que fizeram parte de um cursinho pré-vestibular antes da enchente que aconteceu no povoado em junho de 2010, promovido pela Universidade Estadual de Alagoas, que fica localizada em União dos Palmares, mas, segundo eles, não lograram êxito por ter sido em curto espaço de tempo e pelo fato de a linguagem dos professores (alunos nos últimos períodos do curso superior) não ser compreendida por eles. Mesmo diante de tantos obstáculos, eles alimentam a esperança de um dia ingressar numa universidade pública, nos cursos, por exemplo, de Enfermagem, Pedagogia, Matemática, Engenharia Naval e Ciências da Computação.

Confirmando o que já fora debatido pelos estudantes da pesquisa, Silva (2003, p. 78) aduz que as possíveis causas da pequena absorção dos negros nas universidades têm relação com pobreza, qualidade deficiente da escola pública e preparação insuficiente. Segundo Silva (2003), tais deficiências demandam: políticas de combate à pobreza e de redistribuição de renda; melhoria do ensino público fundamental e médio; bolsas de estudo para vestibulandos “negros” e estabelecimento de cotas de admissão de “negros”; estabelecimento de metas de absorção; e ampliação de vagas nas universidades públicas e gratuitas, beneficiando os “negros”.

O estudo realizado por Silva (2003), intitulado “Ação afirmativa e cotas para afrodescendentes: algumas considerações sociojurídicas”, explicita as inquietações que os alunos têm constantemente quanto ao sistema de cotas. Na mesma linha de raciocínio segue a percepção dos estudantes do Muquém, ao discutirem sobre a qualidade do ensino na educação básica, na modalidade do ensino fundamental e médio, como também no tocante à falta de políticas direcionadas às pessoas de baixa renda.

Depois de grandes polêmicas e debates, de encontros e desencontros, foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff a Lei 12.711, no dia 29 de setembro de 2012, que instituiu o sistema de cotas raciais e sociais para universidades federais e os institutos técnicos federais, com reserva de no mínimo 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública e distribuição das vagas também entre negros, pardos e indígenas.

Ao assinar a lei, a Presidente afirmou que o mecanismo precisa associar inclusão à qualidade de ensino público superior. Nas palavras da então Presidente Dilma Rousseff: “Temos dois desafios: um é o da inclusão, para permitir que o maior número de estudantes possa acessar as universidades. O outro é a meritocracia, a excelência das universidades. Os dois critérios têm de estarem presentes na implantação dessa política”. Enfim, as cotas não são apenas direcionadas à população negra ou parda, não sendo definida por raça/cor; segundo a lei sancionada pela já citada Presidente, as cotas são raciais e sociais.

Os entrevistados, quando questionados se os alunos do povoado Muquém são beneficiados com políticas públicas de cotas para o ingresso em universidade pública, responderam que nenhum é ou já foi beneficiado.

Enfatizaram a falta de informação sobre os direitos que têm, alegando que essa seria a maior causa deles não serem contemplados com as políticas de cotas. Acreditam que se houvesse preparação voltada para a população afrodescendente, os jovens do Muquém teriam melhores resultados no curso superior.



Por outro lado, observa-se um relato desanimador e crítico de uma colaboradora da pesquisa: “[...] não há oportunidade para nós que pertencemos à comunidade do Muquém, o que querem é ganhar prestígio em cima da comunidade. Chegam aqui, prometem e nunca dão oportunidade para aqueles jovens que se interessam”.

Enquanto essa estudante explicita o sentimento de não ter oportunidade de ingressar no ensino superior público porque pertence à comunidade Muquém, outros salientam que caso houvesse cursos preparatórios através do Governo ou dos voluntários –os cursinhos que antecipam o ingresso à universidade –, poderiam ter maiores possibilidades de inserção numa universidade pelo sistema de cotas.

Diante das observações dos estudantes entrevistados do Muquém, percebe-se que há uma angústia por parte deles, uma espécie de “pedido de socorro” (*grifo nosso*) para ingressarem numa universidade pública. No entanto, os empecilhos têm sido, às vezes, desanimadores, sobretudo por falta de conhecimento acerca dos direitos que têm; isso foi citado na pesquisa em vários momentos e constitui o maior entrave, haja vista que não conhecendo o sistema de cotas, eles ficam à margem do processo e não participam dos cursinhos preparatórios, considerados por eles como uma oportunidade que teriam para competirem com mais condições de acesso à universidade.

Conclusão

Nas questões atinentes às políticas públicas de ação afirmativas com foco no sistema de cotas, os estudantes demonstraram não ter muito conhecimento sobre as referidas cotas, ou seja, não sabiam como se efetivavam na prática as reservas de vagas nas universidades para alunos cotistas. Ressaltaram a necessidade de uma maior divulgação dessas políticas, especialmente pela escola em que finalizaram o ensino médio.

Das impressões e concepções dos alunos participantes da pesquisa egressos do ensino médio da comunidade Muquém, elencam-se alguns resultados: pouco conhecimento das políticas de ações afirmativas com recorte de cotas para afrodescendentes na universidade; baixa qualidade na Educação Básica; falta de maiores informações sobre os direitos que os alunos afrodescendentes têm quando fazem a inscrição no ENEM; mesmo com as cotas, haveria dificuldade de permanência na universidade, devido à condição socioeconômica; e também, ausência de um curso preparatório do PRÉ-ENEM.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, os alunos reconhecem que a universidade pode ser um divisor de águas na ascensão social, pois facilitaria a absorção de mais conhecimentos, abriria a porta para a competição no mercado de trabalho com maior oportunidade e poderia trazer uma visão mais crítica de mundo.

Informaram que, mesmo com as cotas – na época da pesquisa, início de 2012, de 20% das vagas em cada curso, 60% eram para mulheres e 40% para os homens, isso na universidade Federal de Alagoas –UFAL–, dificilmente seriam contemplados. Afirmaram que as “cotas são formas dos governantes compensarem uma educação deficitária no país”.



Ressaltaram, também, a importância dos cursinhos preparatórios para o ingresso deles nas universidades públicas, visando capacitá-los para o enfrentamento em condições iguais aos demais estudantes, bem como a necessidade de bolsa de estudo para custear suas despesas.

A pesquisa-eixo do presente estudo foi realizada em uma comunidade de descendentes de quilombolas, conhecida como Muquém. Efetuou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa com a metodologia de estudo de caso, mediante entrevistas semiestruturadas, constando de um roteiro com três perguntas e a técnica de grupo focal com os registros das falas e expectativas dos alunos a respeito do sistema de cotas na inserção do afrodescendente na universidade. Para dar formato ao estudo, foram selecionados 11 alunos egressos do ensino médio (educação básica), nove do sexo feminino e dois do sexo masculino, na faixa etária de 18 a 23 anos, todos residentes na comunidade Muquém.

A pesquisa teve como objetivo saber as impressões/concepções dos alunos pertencentes à comunidade Muquém sobre as políticas de ação afirmativas de cotas no ingresso dos afrodescendentes na universidade.

Ao final da pesquisa, dos registros, observações, levantamento e interpretação dos resultados obtidos dos estudantes da comunidade do Muquém egressos do ensino médio e participantes do estudo em pauta, constatou-se que os referidos alunos não têm muito conhecimento sobre as políticas de cotas no ingresso dos estudantes afrodescendentes na universidade.

Enfim, os alunos da pesquisa dividiram opiniões sobre o sistema de cotas, uns a favor e outros contra. Houve, entretanto, uma unanimidade em relação à necessidade de que haja um maior investimento na educação básica, pois, na percepção deles, com uma educação de qualidade, escolas sem greve e professores qualificados, não seria necessária a política de cotas e eles teriam maiores oportunidades de competirem para ter acesso a uma vaga em universidades públicas.

Referências

- Alagoas. (2012). *Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Afro-Alagoana e Indígena Parecer CEE 359/2010*. Resolução CEE/CEB 082/2010. Secretaria de Estado de Educação e do Esporte –Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial. Maceió: SEEE, 2012.
- Anjos, R. (2006). *Quilombos: tradições e cultura da resistência*. São Paulo, Brasil: Aori comunicação.
- Bellini, L. M. & Ruiz, A. R. (2001). Escola pública e conhecimento: avaliando caminhos contraditórios na formação de professores e seus alunos. *Revista Estudos em Avaliação Educacional*, 23, 154-155.
- Senado Federal, Brasil. (2002). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, Brasil: Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas.
- Congresso Nacional, Brasil. (2003). *Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003*. Diário Oficial da União.



- Congresso Nacional, Brasil. (1996). *Lei n. 9.394/96, LDB –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*. Brasília, Brasil.
- Congresso Nacional, Brasil. (2010). *Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial*. Brasília, Brasil.
- Congresso Nacional, Brasil. (2012). *Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Brasília, Brasil.
- Cunha, A. S. A. (2011). *Construindo quilombos e desconstruindo mitos: a educação formal e a realidade quilombola no Brasil*. São Luiz, Brasil: SETAGRAF.
- Farias, A. M. F. & Nascimento, E. L. G., Botelho, M. S. Q. (2007). *Quilombolas Alagoanos Contemporâneos: uma releitura da História*. Recife, PE: Bagaço.
- Fávero, O. (Org.). (2001). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988* (2a. ed. rev. e ampl.). Campina, Brasil: Autores Associados (Coleção memória da educação).
- Flick, U. (2009). *Métodos de pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa* (3ª. ed.). Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Morin, E. (2001). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (4a. ed.). São Paulo, Brasil: UNESCO.
- Neves, P. S. C. & Lima, M. E. (janeiro-abril, 2007). Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *Revistas Brasileiras de Educação*, 12(34), 17-37.
- Silva, G. (2003). Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 18(2), 2003, 131-165.
- Vasconcelos, S. D. & Silva, E. G. (2005). Acesso à universidade pública a través de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. *Ensaio: Aval. Pol. Pub. Educ. Rio de Janeiro*, 13(49), 453-468.